RUI E A IMPRENSA

J. PERBOYRE E SILVA

(Catedrático da Faculdade de Direito do Ceará
e Presidente da Associação Cearense de Imprensa)

1) — MAGNIFICÊNCIA DO JORNALISMO

Era o Jornalismo, para RUI, arena que se lhe antolhava “nobre e útil acima de todas” (“Queda do Império”, I, Introdução, p. XIII).

RUI proclamava, assim, a utilidade da profissão jornalística. Antes, porém, da utilidade, mencionava a nobreza, como se indicasse que a vantagem, que se pudesse auferir da Imprensa, devesse ficar sobposta à dignidade, ao pundonor e à fidalguia com que cumpre exercer a profissão.

Colocando a arena jornalística ACIMA DE TODAS, no concernente à nobreza e à utilidade, exalçou, em frase lapidar, a missão do periodista.

A Imprensa afigurava-se-lhe “a presença do disco solar no horizonte da consciência humana.

2) — BENEFÍCIOS DA PUBLICIDADE

O disco solar é a fonte do calor e da luz. E aonde vai

a luz já não se podem processar impunemente as maquinações, que se alimentassem nas trevas.

Por isso, já antes RUI traçava o elogio da publicidade. No “Diário de Notícias”, ed. de 7 de março de 1889, escrevia êle: “Dela depende inteiramente a hygiene dos povos e o saneamento dos governos”. A seu ver, a grande publicidade meridiana equivalia, para as nações livres, “à resplandescência do dia tropical para as criações vigorosas da natureza”. Êle cria na força restauradora e salutar dos prelos. “Tudo o que merece durar, na constituição de um povo — ensinava, no mesmo jornal — recompõe-se e tonifica-se pela publicidade que encerra em si o princípio regulador das funções da vida no organismo dos Estados. Por ela se distribui ao corpo social a nutrição reparadora, e se eliminam os resíduos tóxicos, elaborados no processo de renovação vital”.

3) — LIBERDADE DE IMPRENSA

Defendendo “a grande publicidade meridiana”, sustentava que tôda a restrição, que se lhe fizesse, importava “embaraço da circulação”. E no último ano do Império punha em relevo que a liberdade de Imprensa e a de reunião constituíam “a fonte de todo o direito popular”.

4) — IMPRENSA E DEMOCRACIA

Veio a República. E pôde êle escrever, no “Jornal do Brasil”, ed. de 15 de agosto de 1893: “A Imprensa, de mais a mais, não representa sòmente uma liberdade de caráter individual: é um direito de ordem política. Num país, onde todos os poderes emanam do povo, onde a autoridade pública se transmite, pelo escrutínio secreto, da nação para os seus representantes, a Imprensa constitui um ELEMENTO NECESSÁRIO DA ORDEM SOCIAL, um PRINCÍPIO ORGÂNICO NA EXIS-

TÊNÇÃO DAS INSTITUIÇÕES. Eliminando a publicidade jornalística, o Governo abole de fato a eleição, privando a opinião dos meios de formar-se, de entender-se, de pronunciar-se” (“Coment. Const. Fed. Brasileira”, vol. V. p. 531).

Mostrou, assim, a consubstanciação, o vínculo **SINE QUA NON** entre o Jornalismo e a Democracia. Se os poderes, nesta, emanam do povo, e se a opinião se forma pela publicidade jornalística, extinguir essa publicidade o mesmo é que abolir os pleitos. Realmente, sem o debate público, através de jornais, como poderia validamente orientar-se o pensamento coletivo, a respeito de programas e candidatos? Por meio de comícios? Mas estes, por sua própria natureza, são isolados, esporádicos, transitórios. Não possuem a energia decorrente da permanência, diuturnidade e mais amplo raio de ação do periodismo. Daí por que, nos regimens democráticos, a Imprensa, nas justas eleitorais, desempenha o mais importante papel. Representa, na verdade, **“ELEMENTO NECESSÁRIO DA ORDEM SOCIAL.** Golpear a Imprensa, extinguindo-a, seria, pois, golpear essa ordem.

5) — O JORNALISTA E A DÚVIDA METÓDICA

Entretanto, ainda no Império, e pelo “Diário de Notícias”, RUI advertia que a tolerância devia “reputar-se, até, qualidade profissional na Imprensa periódica”. E acrescentava que na Imprensa, “múnus delicado, onde tão amiúde as sentenças não passam de emoções arrazoadas, falta à discrição de seu ofício quem não souber desconfiar dos próprios juízos”.

Assim, o homem que considerava o Jornalismo “a presença do disco solar no horizonte da consciência humana” e que defendia a liberdade de Imprensa, condicionando “a higiene dos povos e o saneamento dos governos” à grande publicidade meridiana, — esse homem aconselhava os jornalistas a desconfiarem dos próprios juízos, para não faltarem à cir-

cunspecção do seu mister. Espécie de dúvida metódica na formulação de conceitos pela Imprensa.

6) — O DEVER DA VERDADE

Apesar disso ou, antes, por isso mesmo, já no regime passado lembrava êle aos homens de Imprensa êste mandamento comezinho: o dever da verdade. Com efeito, escrevia: “Nem por isso, todavia, se acentua menos imperioso ao Jornalismo o dever da verdade, ou menos praticável se torna a obediencia a êsse dever. Integridade material dos fatos, integridade moral da opinião do escritor, nas suas relações com o público, veracidade e sinceridade: eis, se nos não enganamos, a fórmula da sua expressão”.

O dever da verdade, portanto, vedaria ao jornalista o silêncio, diante do crime, da mesma forma que excluiria de sua pena a calúnia. Era, numa palavra, o dever da fidelidade. E o jornalista RUI exclamava: “Que de vezes não anda em contradição o que se escreve com o que se sabe, o que se vê com o que se imprime?” E ainda: “Quantas indulgências de uma publicidade imperfeita não acobertam até crimes de Estado, à custa dos quais subsistem gabinetes e situações?”

7) — A TÉCNICA DA DIFAMAÇÃO

Postulando a liberdade de Imprensa, defendendo, qual se viu, “a grande publicidade meridiana”, como se portaria RUI em face do aleive, da infamia, do labéu impressos? Porque mais de uma vez a difamação lhe arremessou vomitos, pela Imprensa. Repudiaria êle, por isso, o Jornalismo? Recuaria na prédica da Imprensa livre? Pregaria, para as folhas, a censura prévia? Aconselharia, contra elas, a violência? Não. A Imprensa — “ELEMENTO NECESSÁRIO DA ORDEM SOCIAL” — era algo de tão nobre que não se justificava sufocá-la apenas por-

que existisse alguém que através de suas colunas algum dia cometesse excessos. RUI não negou os princípios, que esposara. Valeu-se da Imprensa mesma para escarpelar a difamação. E fê-lo numa das páginas mais lacerantes contra o aretinismo. “Todos os homens úteis à pátria — disse êle — hão de provar a esponja de fel e vinagre. Mas só os curtos de inteligência e os pequeninos de alma se tem aventurado à repressão. A experiência vai mostrando incessantemente a ineficácia da detração contra os honestos. O “*caluniai, caluniai*” continua a ter adeptos; mas o seu comércio é cada vez mais desprestigiado, mais ignóbil e mais inofensivo”. E recordou as torpezas irrogadas contra WASHINGTON — o que não impediu que a memória dêste seja venerada pela comunidade norte-americana.

8) — CONTRA O GARROTEAMENTO DA IMPRENSA

Diante, mesmo, do atascal, donde o escriba o vilipendiava, insurgia-se RUI contra a ideia de garrotear o Jornalismo. Lançava esta apóstrofe ao caluniador: “Tu não vales a pena, ARETINO, de que se toque na liberdade, ou se chame a justiça, para te ir às mãos. Cuidas roubar o nome de tuas vítimas, e não roubas o dinheiro senão dos que te pagam”. E continuando no anátema ao detrator: “A Imprensa não há de ser manietada porque tu a enxovalhas. Porque tu existes, não se hão de mutilar as instituições livres”.

9) — A IRA DOS BONS

Não obstante, RUI admitia a ira dos bons, a ira divina, diferente do “ódio iroso”, da “ira odienta”. E pregou: “Nem tôda a ira, pois, é maldade; porque a ira, se, as mais das vezes, rebenta agressiva e daninha, muitas outras, oportuna e necessária, constitui o específico da cura”.

Nos casos, em que a ira parece divina, sustentava que

“não somente não peca o que se irar, mas pecará, não se irando”.

E quantas vêzes o bramir da Imprensa, contra imoralidades, não tem sido “o específico da cura”, a que aludia RUI?

10) — AUTOCRÍTICA E PERDÃO

Em 1921, na Introdução de “Queda do Império” — livro em que se reeditaram muitos dos seus artigos — RUI, avizinhandose-lhe o dia final, procedia à autocrítica de sua atividade na Imprensa. “Ainda hoje — disse — estou na persuasão de que, em geral, foi justo. Pelo menos, sempre trabalhei pelo ser”. Entretanto, logo acrescentava: “Mas, onde quer que, contra a vontade, me tenha sucedido a desgraça de pecar contra as maiores de tôdas as leis, as leis da justiça e da caridade bem entendida, PERDOEM-ME OS AGRAVADOS, COMO DEUS ESPERO ME PERDOARÁ. Não pequei de propósito: terei pecado por erro, ignorância, ocasião, falibilidade incurável dos juízos humanos”.

E, quanto aos agravos, que ele próprio recebera, já noutra ensejo afirmara: “DEUS ME É TESTEMUNHA DE QUE TUDO TENHO PERDOADO”.